



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638291 - MG (2021/0000549-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : FRANCISCO AIRTON GOMES
ADVOGADO : FRANCISCO AIRTON GOMES - MG148360
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : BRUNO HENRIQUE MARTINS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRUNO HENRIQUE MARTINS em que se aponta como autoridade coatora o JUÍZO DA VARA CRIMINAL DE PATROCÍNIO/MG (N. 0070526-06.2019.8.13.0481).

O paciente foi preso em flagrante e denunciado por lesão corporal e crimes de trânsito, porque, segundo a peça acusatória, teria colidido, propositadamente, por motivos de ciúmes, com seu veículo automotor, em plena via pública, contra uma motocicleta que era ocupada por sua ex-namorada (art. 129, § 9º, do Código Penal, e arts. 305 e 309, ambos da Lei n. 9.503/97).

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva. No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Aponta-se como autoridade coatora o Juízo de primeiro grau. Ademais, não há notícia de que houve análise do pedido objeto do presente *writ* pelo Tribunal de origem, pois o impetrante cita superficialmente "que idêntico HC teve a sua liminar NEGADA pelo E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, acompanhamento SICON, em anexo", razão pela qual é inviável sua apreciação pelo STJ, sob pena de indevida supressão de instância.

Dispõe o art. 105, I, c, da Constituição Federal que compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar *habeas corpus* quando o coator for tribunal sujeito a sua jurisdição, hipótese que não é a dos autos. O pedido também não se enquadra nas demais hipóteses de competência originária desta Corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente